

Aprovada por maioria,
em sessão de 25-04-2014



28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ATA Nº 4

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: António Fernando Oliveira da Silva. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Manuel de Sousa Ramos Meireles, em substituição de Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio, António José Valpaços Magalhães, António da Silva Sá Casal, Bruno Miguel Martins Vieira, Carlos Alberto Sousa da Costa, Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Carmina Maria dos Santos Lopes, Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria; Felisberto Ribeiro Almeida; Fernando Alicia Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira, Ivo Daniel Moreira Capas, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Rodrigues de Sousa, José António da Silva Monteiro, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Sérgio Miguel Vieira Bastos, em substituição de Luís Afonso da Silva Pinto da Costa, Manuel António Leite dos Santos, Margarida Maria Oliveira da Silva, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Mário Fernando Soares Filipe, Marta Filipa Brito da Fonseca, Nelson Jorge Sousa Neves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Nuno Miguel Peixoto da



28.FEV 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Silva, em substituição de Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia e Rui Manuel Lourido Nóvoa. Por inerência estiveram Presentes: Nuno Miguel Ribeiro Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto), Daniel Filipe Oliveira Vieira (Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo), José António da Silva Macedo (Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e José Manuel Soares de Andrade (Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014 (6ª FEIRA), PELAS VINTE E UMA HORAS E TRINTA MINUTOS, NO ANFITEATRO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E GONDOMAR

A - Período de Antes da Ordem do Dia

B - Período da Ordem do Dia

1. Pedido de alteração do período de suspensão do mandato do Deputado Senhor Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva – Para autorização (nº 5 do artigo 77º da Lei nº 169/99 de 18 e setembro, na sua redação atual).

2. Discussão e aprovação da ata da sessão anterior (27-12-2013).

3. Reestruturação Orgânica dos Serviços da Câmara Municipal de Gondomar – Proposta da Câmara Municipal.

4. Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade no ACES Espinho/Gaia.

5. Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade no ACES Gondomar.

6. Conselho Municipal de Educação de Gondomar - Eleição de um representante das Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Município, de entre os Presidentes das Juntas/União de Freguesias.

7. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar – Pedido de indicação de quatro pessoas, designadas pela Assembleia Municipal, de entre os cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.

8. Indicação de representante para a Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Gondomar.

9. Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos (Câmara Municipal de Elvas).

10. Plano de Recuperação das Escolas Básicas atingidas pelas últimas intempéries – Proposta da CDU.

11. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

C - Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,


(Aníbal Jaime Gomes Lira)



28.FEV 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Foram entregues na Mesa duas moções, que adiante seguem. A Senhora Secretária vai fazer a leitura das mesmas e depois os Senhores Deputados poderão intervir. -----

----- Leitura dos documentos: -----

----- **Moção**, por mais Justiça Social, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

----- **Moção**, sobre “Gondomar e as verbas do Quadro Comunitário 2014/2020”, apresentada pelo Senhor Deputado Rui Nóvoa do Bloco de Esquerda. -----



Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do PS

Moção por mais Justiça Social

Antes d. D. 8 votos Abstenção
PSD
CDS
2 voto
APD João Pó
Nuno
JTI
Sofia
JL

Justiça social é uma construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva.

Em termos de desenvolvimento, a justiça social é vista como o cruzamento entre o pilar económico e o pilar social.

O conceito surge em meados do século XIX, referido às situações de desigualdade social, e define a busca de equilíbrio entre partes desiguais, por meio da criação de proteções (ou desigualdades de sinal contrário), a favor dos mais fracos.

Para ilustrar o conceito, afirma-se que, enquanto a justiça tradicional é cega, a justiça social deve tirar a venda para ver a realidade e compensar as desigualdades que nela se produzem. No mesmo sentido, afirma-se que, enquanto a chamada justiça comutativa é a que se aplica aos iguais, a justiça social corresponde à justiça distributiva, aplicando-se aos desiguais.

Deste modo a Justiça Social é, tem de ser, um princípio fundamental no combate à pobreza e exclusão social, no entanto temos observado um agravamento nas desigualdades sociais entre as famílias e entre as pessoas.

Portugal é na União Europeia o país cujo rendimento total das famílias detido pelas 10% mais ricas é mais elevado, sendo cerca de 1/3 do total, na prática, um décimo das famílias portuguesas concentra quase um terço do rendimento global amealhado por todas durante um ano.

No final de 2012 (data dos últimos dados oficiais) o risco de pobreza ou exclusão social em Portugal foi de 25,3 por cento da população, o que significa que mais de dois milhões e seiscentas mil pessoas, estavam em risco de pobreza ou exclusão social. Embora a Comissão Europeia e os Estados-Membros da União Europeia, incluindo Portugal, se tenham comprometido a tomar medidas sérias para reduzir significativamente estes números, a realidade é que há mais pessoas nesta situação no nosso país e que muitas não estão sequer na estatística oficial.

E desde o final de 2012 para cá todos temos a perceção que esses números têm vindo a aumentar devido aos continuados cortes nos orçamentos das famílias promovidos pelo atual governo PPD/PSD – CDS/PP.

Porque as políticas são feitas por pessoas e só fazem sentido promovendo a equidade e o bem-estar geral, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em 28 de Fevereiro de 2014 decide:

Apelar ao Executivo Camarário mas sobretudo ao Governo da República para que o combate à pobreza e à exclusão social seja uma questão prioritária e que não hesitem em dar-lhe aplicação prática nomeadamente:

- Através de políticas que melhorem o acesso ao trabalho, à segurança social e aos serviços essenciais (cuidados de saúde, alojamento e à educação),
- Aproveitando com maior eficácia os fundos da União Europeia para apoiar a inclusão social e combater a discriminação;
- Promovendo a inovação social de forma a encontrar soluções inteligentes, em especial no que concerne a um apoio social mais concreto e eficaz.

Antes O.D.

APROVADO por unanimidade



Assembleia Municipal de Gondomar

Moção

28.FEV.2014
Doc. 2

☆
[Handwritten signature]

Gondomar e as verbas do Quadro Comunitário 2014/2020

A prevista atribuição de verbas no âmbito do próximo quadro comunitário tem suscitado discussão pública. É com toda a razão. Não apenas pela dimensão dos fundos disponibilizados (aos 21 mil milhões de euros dos programas temáticos e regionais acrescem 3,5 mil milhões para o desenvolvimento rural), mas principalmente porque ao longo dos diversos Quadros Comunitários de Apoio tem ocorrido uma distribuição dos recursos financeiros em prejuízo da região Norte, a 37ª região mais pobre da U.E.

Há demasiado tempo, a região Norte tem vindo a apresentar o mais baixo PIB *per capita* do país. E entre 1997 e 2007 o PIB regional até baixou, apesar dos mais de 3 mil milhões de euros atribuídos. A centralização na distribuição dos fundos deu mau resultado.

A necessidade de maior equidade na distribuição inter-regional dos fundos estruturais é bem evidente. E no combate contra as assimetrias regionais, a intervenção das regiões e dos municípios quanto aos montantes e às áreas de aplicação dos fundos é essencial.

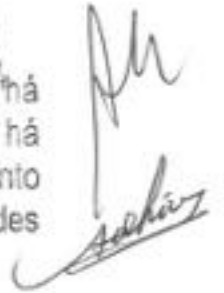
No âmbito das designadas infraestruturas de elevado valor acrescentado, não é previsto o reforço da infraestrutura aeroportuária ou da rede de ferrovia ligeira (Metro) para melhorar a mobilidade entre a população do nosso concelho com as da área metropolitana do Porto. E para a reabilitação urbana e requalificação de equipamentos, não há ainda garantias de atribuição de verbas comunitárias.

Na definição das políticas do agora designado Acordo de Parceria (AP 2014-2020) há sinais inquietantes: entidades de âmbito regional como os Conselhos Regionais ou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento, não estão representadas nos órgãos de gestão central ou nas estruturas de acompanhamento. É uma Comissão Interministerial de Coordenação que tudo dirige e tudo controla..

A passagem da gestão dos fundos europeus para a Presidência do Conselho de Ministros é a insistência no centralismo de tão desastrosas consequências. É o reforço das desigualdades territoriais. E a recente decisão governamental de extinguir a Direção Regional da Economia do Norte ou o discurso dominante contra todo o investimento público, só agravam as assimetrias regionais.

28.FEV 2014

Sem a regionalização administrativa, inscrita na Constituição de 1976, não há equidade territorial nem progresso social. Sem regionalização não há responsabilização pela aplicação das verbas comunitárias. Sem investimento público gerador de emprego e socialmente útil, agravam-se as desigualdades sociais.



A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em 28 de Fevereiro de 2014, tendo em conta a importância do município de Gondomar no contexto do noroeste peninsular, na região Norte e no país, defende:

- 1 -- Que o município do Gondomar seja parceiro efetivo (e não virtual) no processo de distribuição e controlo da aplicação de fundos comunitários;
- 2 -- Que seja desbloqueado o processo da regionalização administrativa, para alcançar a coesão territorial do país e permitir a responsabilização política na utilização dos financiamentos públicos.
- 3 -- Que o investimento público com impacto social seja ativado como gerador de emprego e resposta à situação de depressão económica e social particularmente grave nesta região.

O Deputado Municipal de Gondomar do Bloco de Esquerda

Rui Novais

(a remeter ao Governo, Assembleia da República e Grupos Parlamentares)

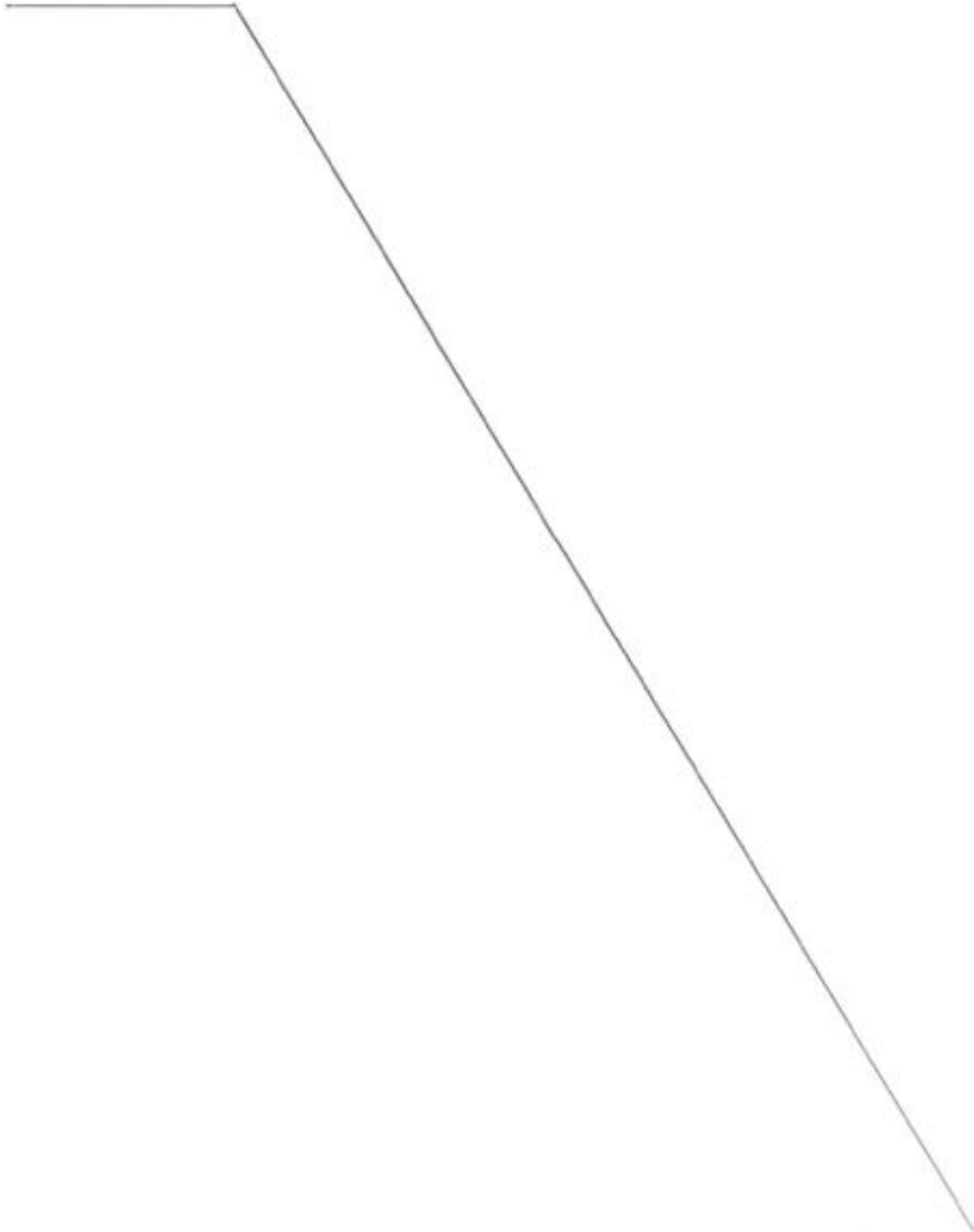
28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

[Handwritten signature]

----- FELISBERTO ALMEIDA (PS) – Referiu-se à moção que apresentou, sobre a Justiça Social, entregou documento. -----





28.FEV 2014

Na semana passada (no dia 20 de Fevereiro) comemorou-se o "dia mundial da Justiça Social.

Nós no PS entendemos que como políticos só estaremos bem perante nós e perante os outros quando olharmos à nossa volta e não virmos miséria, o que infelizmente neste concelho não é o caso. Para ser mais exato, neste concelho e em todo o país.

O desemprego em Gondomar é elevado, as carências e dificuldades económicas de uma grande parte da população do concelho também.

Nós não vamos falar muito sobre o governo da república, mas não podemos deixar de realçar que são os continuados cortes nos rendimentos das famílias levados a cabo pelo governo PPD/PSD – CDS/PP os principais indutores do aumento da injustiça social. Porque limitam o acesso à justiça (cada vez mais cara e mais distante), o acesso à saúde (são em cada vez maior número as pessoas que nem sequer vão "aviar" as receitas às farmácias por falta de dinheiro), o acesso à educação (com o fomento de uma escola dual – uma escola para ricos e outra para pobres – e com um crescente abandono escolar, que tem sido exponencial no ensino superior).

Vamo-nos centrar naquilo que consideramos positivo.

É público que este executivo camarário está a fazer todos os esforços para que haja mais justiça social em Gondomar e tem trabalhado com coragem, determinação e vontade na persecução dos compromissos eleitorais assumidos apesar das variadas dificuldades, surpresas e constrangimentos orçamentais.

Para isso tem apostado na mudança de imagem, na transparência, no rigor, na descentralização, na redistribuição do esforço fiscal e modernização administrativa.

Desde logo dando ênfase à democracia através da implementação do "orçamento participativo", aproximando assim os eleitores das decisões.

Também já é visível o aumento da celeridade processual, que continuamente tem sido posta em prática, procedendo à eliminação de excessos e gorduras burocráticas promovendo a transparência e oferecendo uma resposta mais rápida a todos os gondomarenses, resolvendo-lhes muitos dos seus problemas e promovendo assim a celeridade de negócios e a possível captação de investimentos, implicando por tudo isto a prazo, significativas melhorias na economia do concelho.

O relacionamento com o município e com as instituições já é visível, aproximando assim os eleitos dos seus eleitores, permitindo a quem dirige os destinos da autarquia, ao **Sr. Presidente Marco Martins** e à sua equipa sentir e saber em cada momento das dificuldades que existem nas diferentes áreas do concelho e nas suas pessoas.

Através da implementação do diálogo interno; os responsáveis por cada área não andam de costas voltadas, pelo contrário, reúnem-se com a assiduidade necessária, para que assuntos que interfiram com áreas diversas fiquem sujeitos a uniformização de regras.



28.FEV 2014

Alu
marcos

Estar junto das pessoas, ouvi-las, resolver-lhes os problemas com a maior brevidade possível e tomar medidas que fomentem a justiça perante e entre elas, é o dever de quem nos governa independentemente da dimensão do estado em que seja executivo.

A nós Assembleia Municipal compete-nos sermos os fiscalizadores da forma como está a ser promovida a justiça social no nosso concelho, e apesar de melhor ser sempre possível (aliás diz o nosso povo com sabedoria que o bom é inimigo do ótimo), não podemos deixar de manifestar a nossa satisfação por ver que o Executivo da Câmara liderado pelo Sr. Presidente Dr. Marco Martins está a trabalhar no sentido de minorar a injustiça social latente.

Disse:

Teófilo Almeida

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- RUI NÓVOA (BE) – Questionou a Câmara relativamente a uma passadeira na Rua D. Afonso Henriques na Areosa. Relativamente à moção que apresentou pensa que é um documento que deve ter o apoio desta Assembleia, porque é um documento que visa os interesses do município. -----

----- NUNO MIGUEL (CDU) – Leu pedido de informação, sobre a situação da ETAR do Meiral, freguesia de Rio Tinto, que adiante segue. -----

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar

PEDIDO DE INFORMAÇÃO**Assunto: SOBRE A SITUAÇÃO DA ETAR DO MEIRAL**

A ETAR do Meiral em Rio Tinto foi desde sempre um problema, quer pela sua localização, quer pelo tipo de tratamento que pode fazer ao efluente que recebe. Ao longo dos anos a empresa Águas de Gondomar e a Câmara Municipal de Gondomar (CMG) viveram, em permanente negação de um problema amplamente diagnosticado, com vários estudos a comprovarem a realidade.

Após a anunciada finalização da remodelação da ETAR de Rio Tinto, que deveria ter sido concluída em Agosto de 2012, os problemas sucedem-se e a negação dos mesmos também.

Deste modo continuamos a assistir:

- À descarga total do esgoto desde dezembro de 2012;
- À descarga parcial do esgoto em muitas outras ocasiões, que é uma situação totalmente ilegal;
- À negação por parte da empresa Águas de Gondomar do sucedido, agravada pelo facto de apresentar resultados totalmente fantasiosos de autocaracterização do efluente liberto;
- À conivência dos organismos que deveriam fiscalizar e monitorizar, com rigor, as condições de funcionamento da referida ETAR;
- Por parte da CMG um silêncio ensurdecador, relativamente ao ocorrido a 28 de dezembro, situação não resolvida, continuando a suceder diariamente;
- A CMG não tem demonstrado liderança do processo nem apresenta soluções credíveis;
- A ETAR de Rio Tinto e a empresa que a gere continua a não demonstrar capacidade nem vontade para a solução global do problema;
- A vistoria e recuperação das linhas de saneamento não são feitas. Apresentamos como exemplo o sucedido ao emissário da ribeira da Castanheira, e ao emissário junto a Centro de Saúde;
- À ineficácia total em conseguir eliminar ou limitar adição de águas pluviais aos ramais de águas residuais;
- Remodelação da ETAR de Rio Tinto que não tem em conta os caudais elevados que lá chegam nos meses de elevada pluviosidade;
- Remodelação da ETAR que não prevê uma fase de desinfecção das águas (a remodelação não transformou a ETAR numa estação terciária).
- A procura de uma solução não tem em conta a fragilidade do rio Tinto.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais, **REQUEREMOS:**
Que a Câmara Municipal nos informe, por escrito, sobre as seguintes questões:

1. O que pretende defender no sentido de recuperar o rio Tinto?
2. Que tipo de relacionamento prevê estabelecer com a empresa Águas de Gondomar para a resolução do problema exposto?
3. Para quando um rio Tinto em condições de ser devolvido às populações?

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

Os eleitos da CDU,

[Handwritten signatures]
Nuno Silva
Ivo Capas
Eduardo de Sousa
Armanda Ferreira
Daniel Vieira

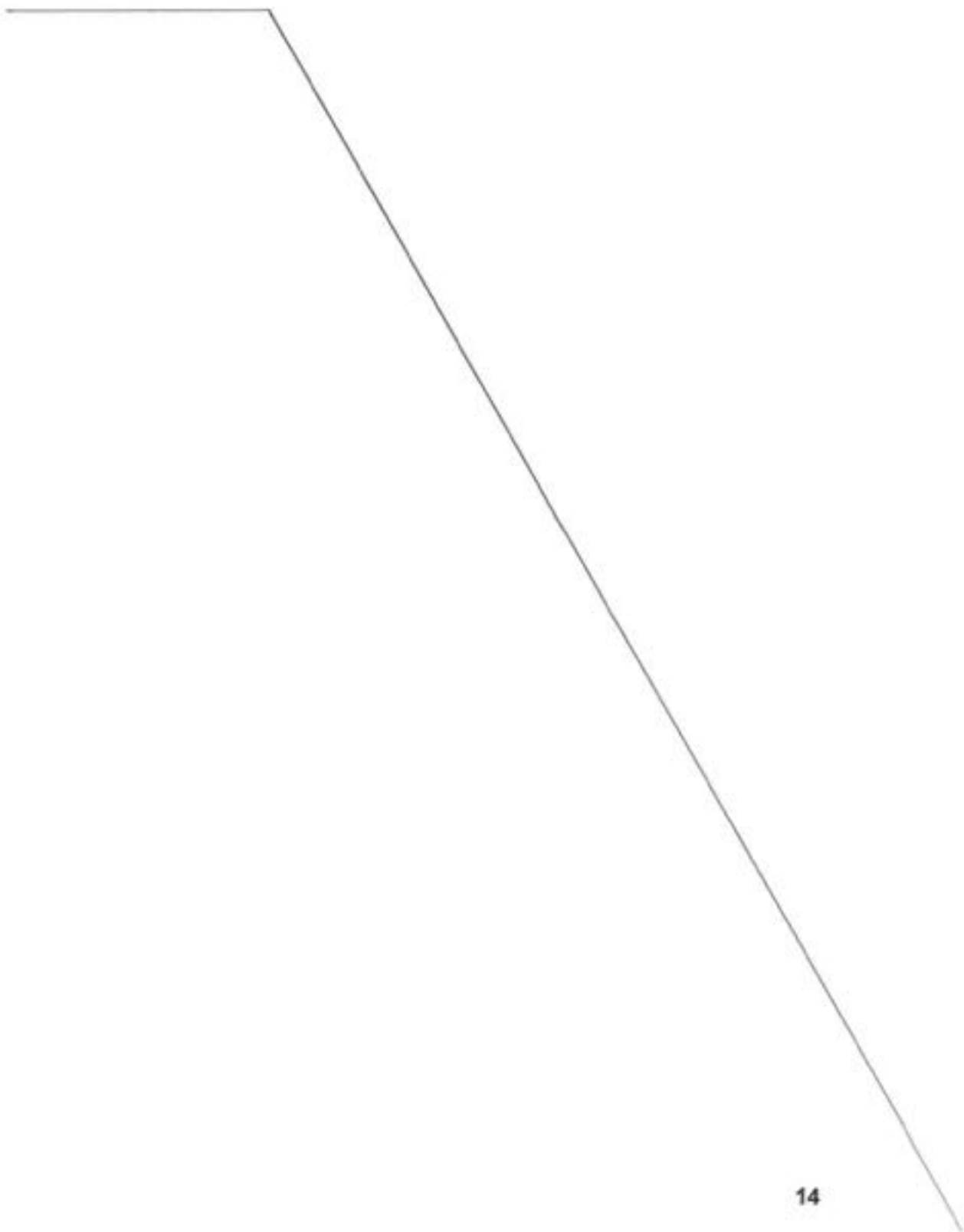
28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Sousa'.

-----ERMELINDA FERREIRA (CDU) - Leu pedido de informação, sobre a reposição do horário das trinta e cinco horas para os trabalhadores do Município. -----



Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Assunto: NEGOCIAÇÃO DO ACEEP COM OS SINDICATOS PARA REPOR AS 35 HORAS SEMANAIS

Como em muitas outras áreas da política nacional o governo PSD/CDS está num braço de ferro com os trabalhadores e os Sindicatos da Administração Pública assim como com o Tribunal Constitucional que no seu acórdão abre caminho para a aplicação das 35 horas semanais através da negociação de ACEEP com os Sindicatos.

No que diz respeito ao concelho de Gondomar, ao contrário do que foi anunciado na última Assembleia Municipal, para justificar o voto da maioria PS, contra a recomendação da CDU para a aplicação das 35 horas, que estava já a decorrer a audição dos Sindicatos e que até ao fim do mês de Janeiro haveria uma decisão, (e é bom lembrar que nem todos os Sindicatos foram ouvido), ainda nada está decidido.

Ao mesmo tempo decorria um abaixo-assinado que recolheu 764 assinaturas de trabalhadores deste município. Será que os trabalhadores só têm importância na altura das eleições para lhe dar o voto?

Estamos no fim do mês de Fevereiro e as decisões ainda não são nenhuma. O que se nos afigura, é que a Câmara de Gondomar com maioria absoluta do partido socialista, quer manter o horário das 40 horas semanais para os seus trabalhadores e para não ficar de todo mal na fotografia, refugia-se nas decisões do governo e pedidos de pareceres, desrespeitando a Autonomia do Poder Local em matéria de recursos humanos, assim como o Tribunal Constitucional para não ir ao encontro dos interesses dos trabalhadores.

Não podemos deixar de criticar abertamente a posição desta Câmara Socialista que é covarde e inívia quando, a maioria das outras do PS, PSD e CDU acordaram os ACEEP com os Sindicatos. Não é show-off Sr. Presidente! É a realidade, pois os trabalhadores de várias autarquias que assinaram o ACEEP estão a praticar o horário de 35 horas semanais. Esta Câmara na realidade não quer repor o horário das 35 horas refugiando-se nos pareceres e quem sabe esperando que esses pareceres sejam negativos, para poderem dizer tínhamos razão, nós é que estávamos certos!

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais, **REQUEREMOS:**

1. Que a Câmara Municipal nos informe, por escrito, sobre a seguinte questão:
 - a) Se de facto pretende repor o horário de 35 horas semanais para os trabalhadores do município para quando prevê a marcação da reunião com as estruturas representativas dos trabalhadores para negociar o ACEEP e dessa forma repor a justiça de um direito roubado?

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

Os eleitos da CDU,

Ivo Capes
Eufrosina Leitão
Cristina Ferreira

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar



PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Assunto: MELHORIA DA RUA 1.º MAIO E DA TRAVESSA D. MIGUEL

A Rua 1º de Maio e a Travessa D. Miguel, não sendo eixos principais da freguesia de Foz do Sousa, são duas vias rodoviárias de acesso a um conjunto elevado de fregueses às suas habitações. Fregueses, esses, que têm o direito a acessos dignos e não a acessos que mais parecem autênticos caminhos de países subdesenvolvidos. Não fosse a luz elétrica e mais parecia que tínhamos regredido a tempos medievais.

Não basta serem acessos estreitos e sinuosos, a rede de esgotos não existe e os tubos das águas pluviais foram tapados. Abundam as águas chocas rua abaixo, que alimentam uma vasta vegetação rua acima.

Nem mesmo depois das várias visitas do Sr. Presidente da Junta, do Sr. Presidente da Câmara e de Srs. Vereadores alteraram tão cenário decadente.

Até mesmo a empresa Águas de Gondomar, S.A., seguindo o exemplo quer da Junta de Freguesia quer da Câmara, se dignou a arranjar a Travessa D. Miguel, depois de lá ter ido fazer trabalhos de colocação de tubos para o saneamento permanecendo, até hoje, com o pavimento por arranjar.

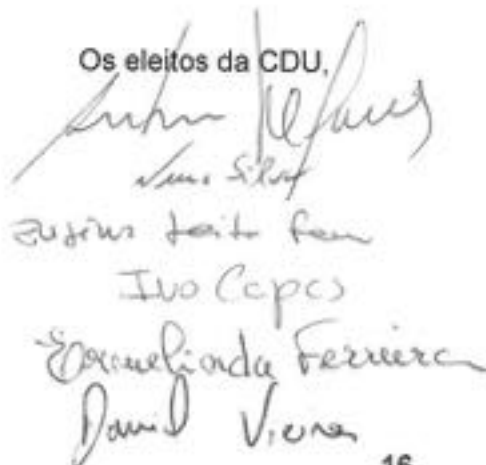
A qualidade de vida de uma população não se mede apenas pelas suas posses, mede-se também pela qualidade do ambiente que a rodeia, pela qualidade de acessos, pela qualidade da sua mobilidade. Numa governação democrática e atenta às populações não pode haver arruamentos de 1ª e de 2ª.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais, **REQUEREMOS:**

1. Que a Câmara Municipal nos informe, por escrito, sobre as seguintes questões:
 - a) Para quando se prevê o arranjo do pavimento da Rua 1º de Maio? Para quando se prevê a limpeza das bermas da rua? Para quando uma efetiva ligação dos esgotos e águas pluviais?
 - b) Que medidas pretende tomar face às responsabilidades que a empresa Águas de Gondomar, S.A. persiste em não assumir?

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

Os eleitos da CDU,



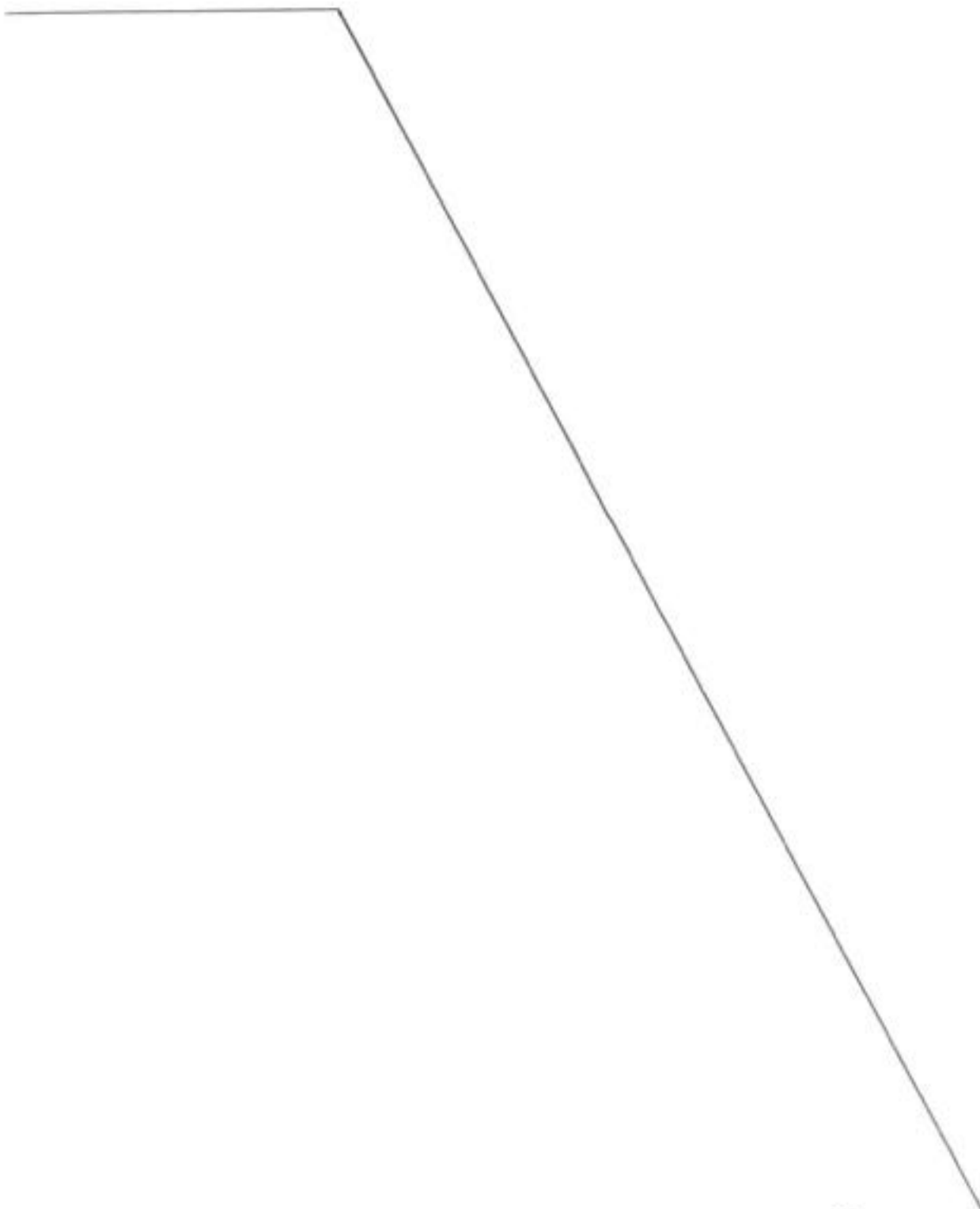
Luís Silva
Rui João
Ivo Capes
Ercelinda Ferreira
David Viana

28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

-----MANUEL ANTÓNIO (PS) - Leu documento, sobre vários problemas na Foz do Sousa, que adiante segue. -----



28.FEV 2014



Sr. Presidente da Assembleia Municipal Gondomar

Gostaria de dar os meus parabéns, a todo executivo, pelo vosso trabalho. Finalmente, o nome de Gondomar começa a ser ouvido no nosso país. (mas agora, por bons motivos).

Refiro-me mais concretamente à crescente proximidade do Executivo junto da população, no contacto direto através das reuniões camarárias nas Juntas de Freguesia.

1. Congratulo-me com o trabalho desenvolvido pelo Sr. Vereador responsável pelo turismo. Com o aproveitamento e a valorização do espaço da Casa Branca de Gramido, que no passado fez historia,
2. No concelho de Gondomar, foi dado, um passo de gigante, para o desenvolvimento do turismo, bem como, na divulgação da filigrana, ouro e outros, para além fronteiras.
3. Este desejado, crescimento turístico, poderá, no futuro, criar novos empregos.
4. Quem navega no Rio Douro, a denominação e reconhecimento de Gondomar, passa despercebido, porque não tem uma identificação, visível
5. Proponho contactos com as *Estradas de Portugal*, para que no gradeamento da ponte sobre o Rio Sousa, na marginal, seja colocada uma placa informativa "Foz do Sousa Gondomar". Penso que seria um pequeno passo para a divulgação do nosso Concelho, quer a nível nacional, quer a nível internacional.
6. Aconselha-se diligência de aproveitamento, para financiamento, do QREN, (Quadro de Referência Estratégica Nacional) na valorização e potencialização da orla ribeirinha. Falo, mais concretamente, na construção de uma levada no Rio Sousa, junto à ex. Companhia das Águas, que muito contribuiria para a limpeza do rio.
7. E o que fazer com Edifício da ex-Companhia das Águas, que está à mercê do vandalismo? Deveria haver uma articulação entre a

28.FEV 2014



Camara Municipal do Porto proprietária; e o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), e este município de Gondomar, e, por se relacionar de um património que no passado fez história neste Concelho. Com o abastecimento, de água a toda a área metropolitana do Porto.

Infelizmente, a circulação à noite junto deste edifício é perigosa devido à falta de visibilidade e pelas ameaças vindas dos delinquentes, pois quem os denunciar, sofre represálias.

8. Quero apelar para que técnicos deste Município visitem a Ponte de Travassos, na Foz do Sousa. Por causa da sua segurança, verifica-se um abatimento de terra e a conseqüente criação de uma lomba. Pelo menos, coloquem uma placa informativa de *lomba e perigo*.
9. Relativamente há floresta, que são uma das riquezas deste município, aconselha-se um plano florestal.
10. Felicito este executivo pelo empenho no PDM (Plano Diretor Municipal). Espero, que os técnicos responsáveis pelo departamento urbanístico, pondere a falta de emprego, no alto do concelho, e, respeite a moção, aqui aprovada nesta assembleia, de uma área industrial em Gens lugar de cavalos,
11. Com a passagem da autoestrada no local referenciado, há excelentes condições de acessibilidade para o desenvolvimento, industrial, comercial e bens transacionáveis.

Manuel António

28.FEV 2014



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Daniel Vieira', written over a horizontal line.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- DANIEL VIEIRA, Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova
- A primeira questão prende-se com o Regimento, sei que o Senhor Presidente já enviou uma proposta aos Grupos Parlamentares, mas insisti sobre esta matéria porque o Grupo Parlamentar da CDU fez uma declaração quando foi aprovado o regimento e pensamos que é urgente dar andamento a este processo de elaboração e aprovação do novo regimento desta Assembleia Municipal. -----

----- A segunda questão, tem a ver com um assunto que já trouxe na última Assembleia e que tem a ver com os resíduos perigosos em S. Pedro da Cova e uma evolução positiva desde a última Assembleia que veio a público, que foi anunciado pelo Governo, de eliminação dos obstáculos que existiam em tribunal para que o processo avance. As informações que temos é que de facto está em andamento a assinatura do contrato e penso que é um facto positivo, quer para a freguesia quer para o Concelho de Gondomar. Também associado a isto e uma contradição, mesmo ao lado existe no antigo complexo mineiro, classificado desde dois mil e dez, completamente ao abandono e que é pertença de particulares, todos os dias é vandalizado e representa um perigo para a população. Naturalmente pode haver uma intervenção da Junta, da Câmara Municipal mas fica também aqui este alerta para que os Grupos Políticos através dos seus Grupos Parlamentares possam intervir junto da Assembleia da República, relativamente à intervenção deste património que está classificado desde dois mil e dez, mas que nada foi feito para a sua preservação, nenhuma medida foi tomada nesse sentido. -----

----- Uma outra nota ainda local, que tem a ver com um conjunto de obras realizadas no Concelho por empresas privadas, algumas concessionadas pela Câmara Municipal e que intervêm em diversos arruamentos e depois não cumprem o seu papel de reposição de pavimentos, isto não só causa prejuízos às populações, como vem trazer mais custos quer para

28.FEV 2014



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Sá Casal'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

as Juntas de Freguesia, quer para a Câmara Municipal e penso que esta Assembleia Municipal porque aprovou a concessão de alguns desses serviços, deve ter também o papel de fiscalização relativamente a este assunto. -----

----- Moções do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda: A moção do Partido Socialista, o Grupo Parlamentar da CDU está de acordo com tudo, pensamos que a moção também deve ser entregue ao Partido Socialista na Assembleia da República, porque as responsabilidades na distribuição da justiça social que foram agravadas pelo atual Governo, não são exclusivamente do atual Governo, são uma sequência de um conjunto de políticas que vêm sendo seguidas nos últimos trinta e sete anos. Quanto à moção do Bloco de Esquerda, faz todo o sentido por várias razões. Em primeiro lugar porque os municípios foram colocados de fora na discussão do quadro comunitário de 2014/2020 e a quem é que foi dada relevância nesta discussão. Foi, mais uma vez, ao poder económico e se nós olharmos para o que foi a proposta do Governo, o chamado acordo de parceria para o Quadro Comunitário para 2014/2020 vemos que uma das principais fatias lá representada é para a mobilidade e flexibilização laboral, isto é, fundos comunitários para que seja mais fácil as empresas poderem despedir. Também dizer que este Quadro Comunitário que se afigura, é um quadro que mais uma vez apresenta profundos desequilíbrios na distribuição dos fundos comunitários no território nacional, isto são opções políticas, isto é canalizar os fundos comunitários para os que mais têm, para os que mais podem. -----

----- IVO CAPAS (CDU) - Leu documento. -----

----- ANTÓNIO SÁ CASAL (PSD) – O que me traz aqui é uma preocupação, que advém de uma notícia de que a Câmara teria adotado uma nova designação para substituir “Gondomar Coração de Ouro”. Fiquei preocupado, porque segundo o que sei e pela

20.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Joana Resende', written over a horizontal line.

experiência, a implantação de uma marca demora muito tempo e custa muito dinheiro, e esta marca independentemente de eu gostar ou não de quem a implantou, está implantada, era conhecida, começava a dar frutos ao fim de alguns anos e isto traduz um prejuízo bastante grande para o Concelho. Começar tudo de novo, outra vez acho que é muito mau. Sei que é uma Câmara com gente muito nova, errar é humano, mas não é inteligente persistir nesse erro. Acho que se devia manter a designação anterior, que não ofende ninguém e alterar prejudica muito. Seria bom pensar que o que este executivo, durante este mandato, possa eventualmente ter poupado, é esbanjado nesta alteração de marca. Solicitava que para bem de Gondomar a Câmara alterasse esta decisão. -----

-----JOANA RESENDE (PS) – Leu documento de saudação ao executivo, que adiante segue. -----



28.FEV 2014

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exma. Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gondomar,
Caros Vereadores,
Caros Colegas deputados e Senhores Presidentes de Junta,
Caros cidadãos hoje presentes,

Esta minha intervenção vem no sentido de saudar o Executivo Camarário pelos ~~quase~~ 4 meses de exercício, e principalmente pelas medidas inovadoras, proficuas e de grande relevância que já concretizaram.

Do Programa do Partido Socialista para as últimas autárquicas do concelho havia o objectivo de uma política mais transparente, participativa e de proximidade. E em pouco tempo, o Executivo actual cumpre mais um compromisso, e garante dessa forma um futuro melhor para todos os Gondomarenses.

A Câmara Municipal de Gondomar informou, no passado dia 5 de Fevereiro, que irá avançar com um Orçamento Participativo para ser executado já no próximo ano de 2015.

O Orçamento Participativo é, como sabem, um instrumento que possibilita aos cidadãos intervir diretamente nas decisões de investimento da autarquia, e fiscalizar a sua gestão. Por outro lado, é o processo pelo qual o Executivo procura decidir em conjunto com a comunidade, critérios e prioridades para a aplicação dos recursos públicos.

Assim, será criada no início do segundo trimestre deste ano uma plataforma na internet que funcionará como ligação directa entre a Câmara Municipal e a comunidade.

Nos três meses subsequentes, no âmbito de uma discussão pública, os cidadãos poderão deixar nessa plataforma as suas sugestões.

No final do Verão, o Executivo estará apto a analisar as propostas, avaliando a sua pertinência e o seu cabimento orçamental. Serão posteriormente sujeitas a votação, por forma a serem apresentadas e planeadas até ao final do ano de 2014, e executadas no Orçamento efectivo de 2015.

É a primeira vez que Gondomar aposta na participação dos seus munícipes, entendendo que são os mais aptos a indicar as prioridades do orçamento. Uma vez que são a voz da vontade da população, são mais conhecedores das suas carências e será por isso mais ágil a execução orçamental.

É também objectivo desta medida conseguir a participação de um grupo heterogéneo, já que esta democratização do exercício da gestão autárquica só é possível se todas as camadas sociais, geracionais e territoriais estiverem envolvidas. O Orçamento Participativo permitirá uma melhor distribuição do plano de investimento naquilo que são as maiores necessidades do Concelho, mas também uma ampliação da consciência social, inovação permanente e equidade de gestão.



28.FEV 2014

Depois de 20 anos de marasmo, de inércia e de uma política autista, pela primeira vez os Gondomarenses serão chamados a ter lugar nas decisões da sua autarquia, e poderão por isso contar com o cumprimento de uma política de proximidade e de total transparência.

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

P¹a Bancada do Partido Socialista

Joana Resende



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Felisberto'.

----- CARLOTA TEIXEIRA (PS) – Uma coisa são procedimentos concursais, relativos à construção e outra coisa são procedimentos concursais relativos à concessão de exploração.

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Começo pelo Senhor Deputado Felisberto, é preciso termos a noção que infelizmente e não é nada que este executivo deseje, mas a verdade é que, infelizmente, o valor financeiro dos apoios sociais que a Câmara tem distribuído, nomeadamente através do Programa Dá e outros que mantivemos e que serão revistos durante este ano, têm aumentado cerca de trinta por cento por mês, o que quer dizer que se o número de famílias não parar de aumentar, em maio ou junho esgotamos a verba total prevista para este tipo de apoios. O Senhor Deputado Rui Nóvoa colocou aqui a questão da passadeira na Rua D. Afonso Henriques, é um dos problemas que vai ser resolvido, mas devido às condições climatéricas não tem sido possível. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado da CDU, quanto à ETAR do Meiral e à questão do rio Tinto, acho que tem sido pública e notória a posição da Câmara quanto a isto, o quanto temos pressionado a Empresa Águas de Gondomar para resolver o problema, ainda esta semana foram alvo de mais um procedimento contra ordenacional por parte da APA, por incumprimento daquilo que assumiram e não é só na ETAR do Meiral que temos problemas, na ETAR de Gramido também. A Câmara já disse à Empresa Águas de Gondomar que há incumprimento do Contrato de Concessão por parte deles e é bom que se saiba que infelizmente, a Câmara recebeu à cerca de duas semanas o parecer positivo para o reequilíbrio económico financeiro que foi votado no executivo anterior e que aumentou o tarifário, estamos a tentar travá-lo para evitar que se repercuta no orçamento das famílias, na fatura de cada um. Quanto à questão colocada pela CDU, acerca da reposição do horário das trinta e cinco horas, já reunimos com os sindicatos, continuamos disponíveis para a aplicar, quando se puder aplicar, quando for

28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

alterada a lei, o que outras Câmaras estão a fazer é show off. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova veio falar dos resíduos, a Câmara também escreveu há cerca de dois meses ao Ministério do Ambiente para acelerar o procedimento e ainda bem que o Ministério foi sensível ao problema e é verdade que a Câmara anterior nunca tinha tomado uma posição pública sobre esta matéria. Falou de alguns arruamentos e posso testemunhar, que fui Presidente de Junta, que nunca a Câmara tinha partilhado com as freguesias informação sobre as intervenções de cada entidade e nós partilhamos. Mercado da Areosa, na última reunião, falei pela Câmara Municipal, não percebi muito bem o que terá a ver o voto do Partido Socialista, o que eu sei é que aquilo que foi votado na Câmara anterior, não foi só a construção mas também a concessão, o que estava em causa e o que foi aqui denunciado tinha a ver precisamente com o Tribunal Arbitral, com o contrato de concessão e com um conjunto de maroscas que em direito está a investigar. Senhor Deputado Sá Casal, falou na alteração da marca da imagem do Concelho, lançamos um concurso público, com um prémio simbólico, posso dizer que recebemos cento e oitenta e cinco propostas, não nos parece que custe assim tanto alterar o logotipo e acima de tudo obter um conceito diferente e inovador para o município. Quanto ao orçamento participativo, em abril aprovaremos aqui uma revisão ao orçamento. -----

----- VOTAÇÕES: -----

----- MOÇÃO DO PS, "Por mais justiça social": Aprovada por maioria, com 10 abstenções (8 PSD + 2 CDS-PP). -----

----- MOÇÃO DO BE, SOBRE "Gondomar e as verbas do Quadro Comunitário 2014/2020": Aprovada por unanimidade. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- **1. Pedido de alteração do período de suspensão do mandato do Deputado Senhor Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva – Para autorização (nº 5 do artigo 77º da Lei nº 169/99 de 18 e setembro, na sua redação atual).** -----

----- NUNO COELHO, Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte – Quero deixar uma palavra de solidariedade para com o Senhor Deputado, é um Baguinense, eleito pela CDU nesta Assembleia Municipal com toda a legitimidade, está a passar uma fase complicada da vida dele, não podia deixar de dar aqui um forte abraço solidário e dar-lhe toda a força do mundo para que ultrapasse rapidamente esta fase da sua vida e que regresse brevemente aqui à Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia de Baguim do Monte. (Espero que o Grupo Parlamentar da CDU lhe possa entregar este abraço e que fique em ata para um dia ser entregue ao próprio Paulo). -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Julgo que todos nós partilhamos desta solicitação pela saúde do nosso colega, julgo que deve ser partilhado por todos nós. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- **2. Discussão e aprovação da ata da sessão anterior (27-12-2013).** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com duas abstenções dos Senhores Deputados que não estiveram presentes. -----

----- **3. Reestruturação Orgânica dos Serviços da Câmara Municipal de Gondomar – Proposta da Câmara Municipal.** -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Como tem sido norma e julgo que boa norma, atendendo à marca que temos, que é atual, consequente, objetiva e de progresso para o nosso Concelho, nós agora na mesa damos oportunidade à Câmara para esclarecer a Assembleia e para os Senhores Deputados estarem mais bem informados e poderem tecer as considerações que

28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Carmina Lopes', written over a horizontal line.

entenderem convenientes, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer este ponto da ordem de trabalhos. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Julgo que o texto da proposta é explícito, de qualquer forma muito brevemente o que eu queria aqui explicar é que se trata de uma alteração orgânica, habitualmente feita pelas Câmaras e que é efetuada tendo em conta algumas premissas. Primeiro a alteração legal da Lei 75/2013 de um conjunto de atribuições que deixam de ser da esfera municipal. Segundo um critério de redução, havia autorizadas vinte e nove divisões na estrutura ainda em vigor e propomos passar para dezasseis, a extinção da Direção Municipal que não se justifica no nosso entender e também a extinção de mais um núcleo e depois organizar os serviços daquilo que é a atribuição funcional dos pelouros e o que são as linhas orientadoras das atividades da Câmara. -----

----- Solicitou uma correção, no sentido de o artigo 32º passar a ter a seguinte designação: “Artigo 32º Setor do Equipamento”. A partir deste artigo e em função da nova designação do mesmo, a numeração dos itens seguintes, é sucessivamente alterada. -----

----- CARMINA LOPES (PS) – Leu documento que adiante segue. -----

28.FEV 2014



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Senhor Presidente da Câmara,
Exmo. Senhor Vice-Presidente,
Exmos. Senhores Vereadores,
Exmos. Senhores Deputados Municipais,
Exmos. Senhores Múncipes,

A proposta de reestruturação orgânica dos serviços da Câmara Municipal que aqui se encontra para aprovação pela assembleia municipal, mais do que legítima, era uma decisão praticamente obrigatória para o atual executivo, enquanto meio de execução daquelas que são as linhas condutoras do seu projeto político.

Na verdade, esta proposta não é surpresa para ninguém, salvo, eventualmente, no que diz respeito à respetiva oportunidade. Era uma proposta aguardada

Permito-me destacar alguns pontos que se consideram importantes e que bem sustentam a bondade da presente proposta.

Em primeiro lugar, não é demais destacar a diminuição de parte da estrutura existente, que se considerou sobreavaliada, o que sempre ocasionará inevitáveis poupanças económicas.

A modernização administrativa e as preocupações ligadas à transparência resultam patentes na estrutura agora proposta, designadamente no que diz respeito a alguns dos gabinetes expressamente previstos para as referidas áreas. Tanto demonstra um grande esforço de abertura da Câmara Municipal ao cidadão, esforço que foi, a seu tempo, apresentado como proposta política que agora será cumprida. Espera-se que o proposto desenho orgânico possa contribuir de forma decisiva para o melhoramento das referidas matérias, enquanto alicerce para a implementação das mudanças necessárias.

Aliás, este modo mais transparente, participativo e inclusivo que a Câmara Municipal pretende adotar no seu relacionamento com o cidadão também se encontra espelhado na relação cada vez mais próxima que se procura fomentar com o movimento associativo, facilitada e coordenada, por um Gabinete de Apoio ao Associativismo, concentrando meios e simplificando a comunicação.

28.FEV.2014

Percebe-se também a intenção de valorizar e dignificar determinadas áreas de atuação, como sejam, a título de exemplo, a juventude e a cultura, assuntos cuja relevância merece a autonomia que agora resulta espelhada na proposta em análise.



É clara a marca de uma nova dinâmica e de uma nova forma de abordar a gestão política do município. É que, ao contrário do que muitas vezes se ouviu repetir neste órgão por membros de executivos anteriores, a gestão da câmara municipal não equivale à gestão de uma qualquer empresa. O Presidente da Câmara Municipal não é um Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Câmara é o primeiro dos Gondomarenses, no que diz respeito à defesa dos seus legítimos direitos e expectativas e é como tal que deve pautar a sua conduta. É também isso que esta orgânica significa: um novo paradigma de gestão para o Município de Gondomar.

Assembleia Municipal de Gondomar

28 de Fevereiro de 2014

Carmina Lopes de Araújo



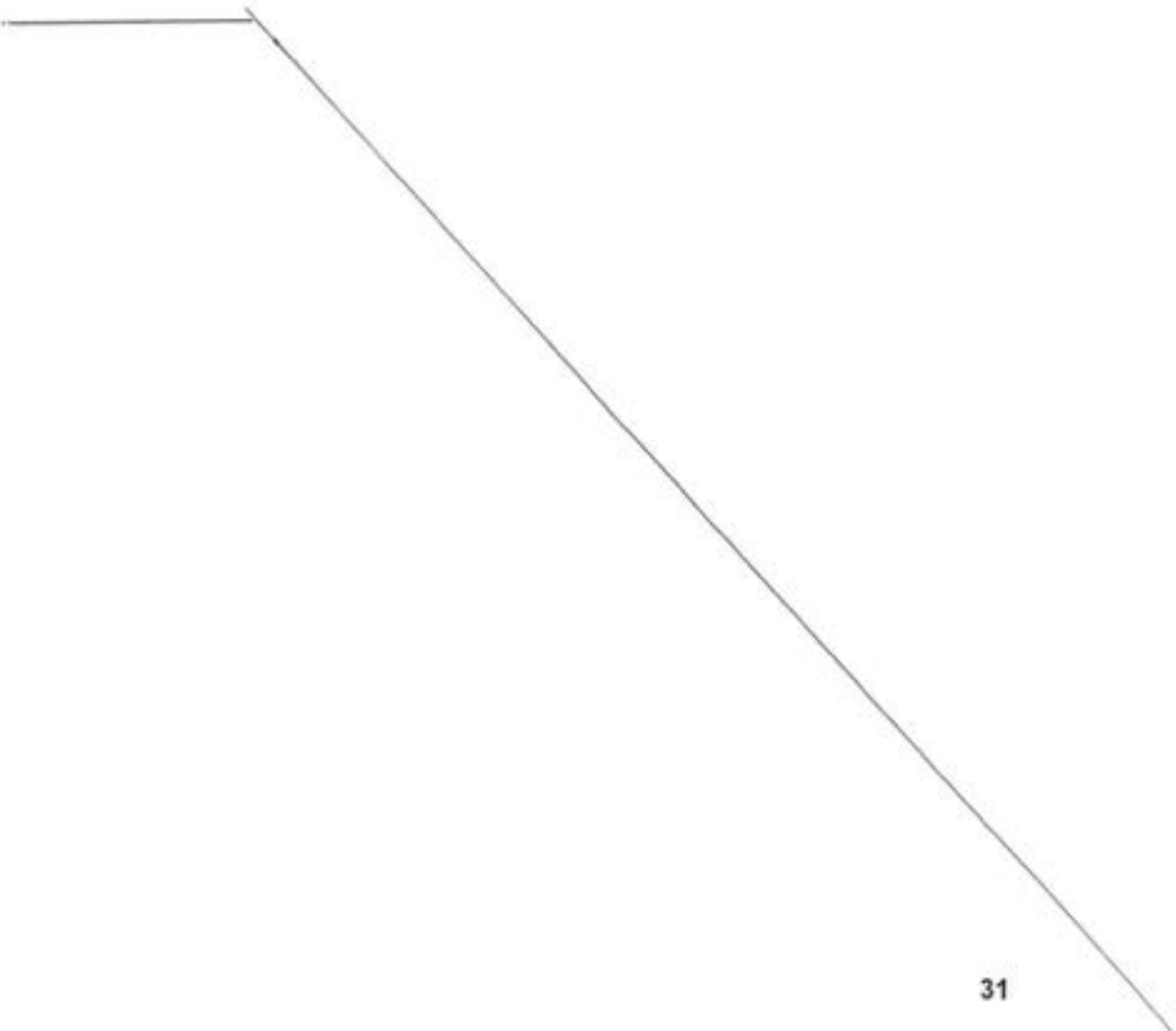
28.FEV.2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Na globalidade estamos de acordo com a reestruturação que é feita. O Grupo da CDU vê com agrado que o executivo PS tenha acolhido as sugestões que o Vereador da CDU fez, só queríamos deixar aqui uma chamada de atenção para que se tenha a mesma atenção com os trabalhadores, têm-nos chegado informações de que há algumas coisas que se calhar não estão a ser tão bem tratadas da forma que deveriam ser. Que as alterações sejam tomadas em conta, de modo a contribuírem para a gestão da Câmara Municipal, é certo que uma gestão não é feita da melhor maneira se houver colisão com os seus quadros, é preciso encontrar essa harmonia. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Leu documento, que adiante segue. -----



28.FEV 2014

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The stamp is circular with the number '4' inside. The signature is written in cursive below the stamp.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.

Caros Colegas Deputados,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta,

Minhas senhores e meus senhores,

A Proposta que temos aqui hoje para apreciação relativa à alteração da Estrutura Orgânica do Município de Gondomar, nos termos do que possibilita a Lei 49/2012, de 29 de Agosto, para além de cumprir mais um dos aspectos do Programa Político sufragado pela População de Gondomar em 29 de Setembro último, traduz-se na implementação de uma reestruturação funcional e organizativa da Câmara Municipal de Gondomar em ordem a contemplar 3 princípios fundamentais: maior eficiência e optimização dos serviços por força dum adequação e ajustamento mínimos para as respectivas unidades orgânicas, sob o ponto de vista estrutural e da afectação dos recursos humanos que lhes estarão destinados; valorização de algumas áreas em cumprimento das linhas políticas orientadoras definidas no Programa Eleitoral tendentes a aumentar a participação dos cidadãos, a normalizar e tornar mais acessível o relacionamento da Autarquia com a População através de reformas efectivas no sentido da modernização e desburocratização administrativa, desmaterialização de processos e documentos, do aumento da transparência na selecção e recrutamento, bem como, por via da valorização das áreas social, do turismo e do

Handwritten signature and initials in the top right corner, including a circled number '2'.

desenvolvimento económico; para além de que se atinge uma efectiva e substancial redução dos custos e encargos com pessoal, por força duma diminuição em quase 1/3 dos cargos dirigentes e da sua estrutura.

Claro que para isto tudo contribuiu a entrada em vigor da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a qual definiu um novo quadro de atribuições e competências dos Municípios e das Freguesias, pelo que necessariamente esta adequação a esta nova realidade determinada pela Lei teria que acontecer, seja porque muitas competências que anteriormente eram prosseguidas pelos Municípios agora são prosseguidas pelas Freguesias, seja porque no novo quadro de atribuições algumas áreas ganhem uma reforçada importância, havendo necessidade de adequação a estas novas exigências. E o Município de Gondomar, através desta proposta cumpre isso na plenitude, dando o exemplo por cima na hierarquia no que á racionalização diz respeito, eliminando estruturas agora eventualmente supérfluas, como a Direcção Municipal, em razão da distribuição organizativa dos pelouros pelos vereadores, para além de que se concretiza uma maior operacionalização e concentração de alguns serviços até aqui dispersos por áreas sectoriais, como é o caso da junção de todos os serviços de fiscalização, criando-se um corpo único de fiscalização, transversal às diversas áreas.

Destacamos também, até por força da importância que esta área tem para a População, a criação da Divisão de Protecção Civil e Segurança, permitindo uma clara autonomização e visibilidade da mesma.

28.FEV.2014

3
[Handwritten signature]

Com esta opção por uma maior transparência e proximidade de gestão, modernização administrativa, bem como pela desmaterialização de processos e documentação, para além de se facilitar a tramitação e um aumento da celeridade na resposta às solicitações do munícipes, diminuem-se objectivamente os riscos de corrupção, um desígnio do Partido Socialista durante este mandato, pelo que apoiamos convictamente esta proposta e votá-la-emos favoravelmente.

Uma nota de realce político em rodapé e que julgamos importante, apesar da dificuldade de convergência e de aceitação duma medida como esta que mexe significativamente com a estrutura duma realidade instalada e consolidada, sempre permeável a enormes resistências políticas, não poderemos deixar de sublinhar que esta Proposta foi aprovada pelo Executivo sem qualquer voto contra, o que se regista e enaltece, pelo que traduz.

Disse

Muito obrigado.

[Handwritten signatures and names of the Socialist Party Council members:]
Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Francisco José do Sousa Oliveira -
Fernando Casanova
Eduardo Teixeira
Fernando Antunes Barros
Jorge Ruben Santos
Artur Filipe Fousec
João Loualá
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

28.FEV.2014



Alu
Seabra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- CARLOTA TEIXEIRA (PS) – Gostaria de registar dois ou três aspetos fundamentais. Se olharmos para o desenho que nos é apresentado vemos uma estrutura achatada e não é preciso perceber muito para olharmos para este desenho e percebermos que a estrutura de uma organização traduz uma coisa fundamental, traduz a filosofia subjacente à forma como se pretende concretizar uma missão organizacional e a missão básica de uma autarquia é servir os seus munícipes e uma estrutura achatada, com uma linha hierárquica desta natureza, traduz proximidade, através desta forma conseguir-se-á agilizar mais os processos de conhecimento das reais necessidades dos munícipes. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 8 abstenções do PSD, com a correção solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara, no sentido de o artigo 32º passar a ter a seguinte designação: “Artigo 32º Setor do Equipamento”. A partir deste artigo e em função da nova designação do mesmo, a numeração dos itens seguintes é sucessivamente alterada. -----

----- **4. Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade no ACES Espinho/Gaia.** -----

----- PRESIDENTE DA MESA - Tenho duas propostas: Uma apresentada pelo Grupo Municipal do PS designada por lista “A” e outra pelo Grupo Municipal do PSD designada por lista “B”. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal recebeu o pedido para indicar um elemento da Assembleia Municipal, não havia ainda ninguém indicado e ou não indicávamos ninguém, ou indicávamos alguém e indiquei provisoriamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, leu as propostas. -----

----- SÁ CASAL (PSD) – A minha intervenção não tem a ver propriamente com a votação. Já uma vez solicitei que numa votação de representantes coma esta, os representantes eleitos

28.FEV 2014

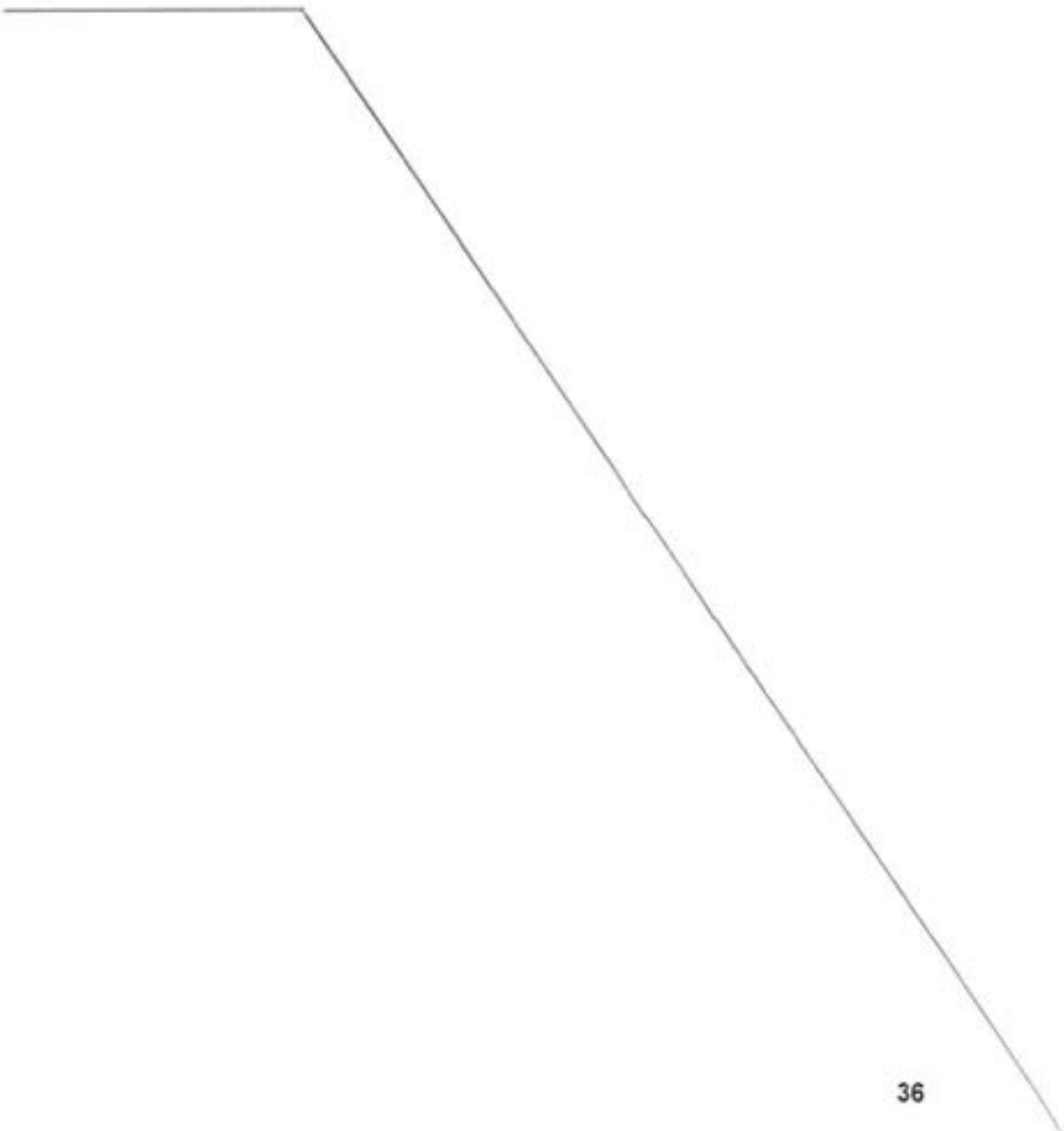


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rui da Mota Correia'.

venham à Assembleia trazer as suas informações. Que eu saiba, penso que já houve alguma atividade e ainda não chegou nenhuma informação aqui à Assembleia. O que venho é solicitar que aqueles que forem eleitos que tragam as informações às Assembleias, por respeito que devem pelo facto de terem sido eleitos por esta Assembleia. -----

----- VOTAÇÃO: 1 voto em branco; lista "A" 29 votos; lista "B" 10 votos, tendo sido eleito o Senhor *Rui da Mota Correia, Presidente da Junta de Freguesia da Lomba.* -----





APROVADA em 29 de Abril

28. FEV. 2014

PROPOSTA A

M. (4) *[Signature]*

Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade no ACES Gifinho/Sai

O Grupo Parlamentar do PS indica para este ponto o Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Houves

~~Rui Vicente~~

Rui de 40/9 Loure

P'lo Grupo Parlamentar do PS
28.02.014

Carlo Teixeira
Francisco Aguiar

Simão Aguiar

PROPOSTA 3

10 votos #
28.FEV 2014



Ponto 4

Proposta de Representante para o Conselho da Comunidade no ACES Espinho/Gaia

Considerandos:

É pedido que a Exma. Assembleia proponha um representante para o Conselho da Comunidade no ACES Espinho/Gaia. Assim, e considerando que a Dr^a Ana Espinheira Rio tem os conhecimentos e capacidades ideais ao melhor exercício da função, atendendo que tem uma grande sensibilidade social nesta área intervindo diretamente com jovens e adultos em diversos contextos, nomeadamente hospitalares, o grupo Parlamentar do PSD propõe o seu nome para representante da Exma. Assembleia.

PROPOMOS:

Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio

Gondomar, 28 de fevereiro de 2014

 O Grupo Parlamentar do PSD



CV em anexo

28.FEV.2014



Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio

Mestre em Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa

Data de Nascimento: 18-04-1983

Idade: 30 anos

Email: anaespinheira@hotmail.com

PERCURSO ACADÉMICO

Licenciatura em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa na Escola Superior de Educação do Porto, com média final de 15 valores;

Especialização em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa na Escola Superior de Educação do Porto, com média final de 15 valores;

Mestrado em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa na Escola Superior de Educação do Porto, com média final de 16 valores.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS

Formação Pedagógica Inicial de Formadores com vista á obtenção do Certificado de Aptidão Profissional – CAP realizada na Associação de Surdos do Porto com classificação final de 5 (Muito Bom) numa escala de 0 a 5. Após ter sido concluído o processo de certificação foi emitido o certificado n.º EDF 53257/2004 DN, válido até 21-06-2015.

Formação de Curta duração de Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho – conceitos básicos, com nota final de 4 (Bom).

Certificação de Competências Básicas em Tecnologias da Informação de acordo com o Decreto-Lei n.º 140/2001, de 24 de Abril.

PERCURSO PROFISSIONAL

De 2 de janeiro de 2006 até à data a desempenhar funções no Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade.

28.FEV.2014

PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS

"Surdez, Trabalho, Inclusão e Cidadania", promovido pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos em 2004.

"A pessoa Surda e a Exclusão Social e o Idoso Surdo: Duplo Isolamento na Velhice" promovido pela Associação de Surdos do Porto em 2004.

"Preparar hoje o Futuro: Novos Horizontes para a Pessoa Surdocega em Portugal" promovido pela Associação de Surdos do Porto em 2005.

"Exclusão Social, Igualdade e Cidadania" promovido pela Associação de Surdos do Porto em 2005.

"Afetividades na Deficiência" promovido pela Camara Municipal do Marco de Canaveses em 2008.

"Programa INOV SOCIAL – Inserção Profissional de Jovens em Instituições de Economia Social" promovido pelo INR – Instituto Nacional para a Reabilitação em 2010.

"Beatriz – promoção dos valores da igualdade de género no palco da vida", promovido pela Associação Soroptimist Internacional Clube do Porto Invicta em 2010.

"Rumo a uma Escola Inclusiva – Saberes e Práticas" organizado pela Escola Básica Eugénio de Andrade.

1.º Simpósium Luso-Brasileiro de Terapia da Fala promovido pela Universidade Fernando Pessoa no ano de 2003.

"O Silêncio, o Ruído e Tudo o resto..." organizado pelo Espaço t no ano de 2003.

"I Jornadas de Saúde Mental no Idoso" no ano de 2003.

"Genética e Bioética" organizado pela Associação de Surdos do Porto no ano de 2003.

"A surdez: problemáticas / Perspectivas de Intervenção promovido pelo Centro de Formação das Escolas do Concelho de Ílhavo no ano de 2004.

"Surdez, Trabalho, Inclusão e Cidadania" promovido pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos no ano de 2004.

"Afectividades" promovido pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e a Associação para o Planeamento da Família.

"Ajudas Técnicas: Reflectir para Inovar" Organizado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

"Autismo" realizado pela Cliduca – Centro Psicopedagógico e Terapêutico no ano de 2009.



"Práticas com as Crianças Surdas – Intervenção Precoce e Educação de Infância" organizado pela Direção Regional de Educação do Norte no ano de 2009.

"3rd Deafness in European Education Day" organizado pela Unidade Técnico-Científica de Educação Especial da Escola Superior de Educação do Porto a 31 de maio de 2013.

Tradução de Serviços de Urgência a pessoas surdas no Hospital de São João em 2010.

Tradução de Consultas Médicas na Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo em 2011.

Tradução de consultas médicas no Centro Hospitalar Tamega Sousa Epe. Em 2012.

Tradução de aulas na Universidade do Porto no ano de 2010 até à data nas unidades orgânicas FEUP, FEP, FADEUP, FAUP e FPCEUP.

Tradução de Uulas na Universidade do Minho no ano letivo de 2010/2011.

Oradora no 2nd Deafness in European Education Day organizado pela Unidade Técnico-Científica de Educação Especial da Escola Superior de Educação do Porto com a apresentação do tema "Skills and Knowledge of the Interpreter of the Sign Language in Educational Context" em 2012.

Oradora no ECER 2013 – the European Conference on Educational Research organizado pela European Educational Research Association em setembro de 2013.

COORDENAÇÃO E OU PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS RELACIONADOS COM A EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS

Participação na Conferência Parlamentar sobre Educação Especial, que decorreu na Assembleia da República em 2012.

Coordenação do projeto Design for Change, edição de 2013, denominado "Um Conto para Todos" – Escola Básica Eugénio de Andrade.

Coordenação da participação da Escola Básica Eugénio de Andrade no Concurso "Escola Alerta!" 2012/2013 com o trabalho "Sociedade Inclusiva".

Participação no Projeto Connecting Classrooms Europe, fazendo parte do ENA Cluster.

Orientação nos Estágios do Curso de Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa ministrado pela Escola Superior de Educação do Porto na Escola Básica Eugénio de Andrade em 2011/2012 e 2012/2013.

28.FEV 2014



PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS E/OU OBRAS

Publicação on-line e pode ser comprovada no site <http://www.eu-deed.org/LinkClick.aspx?fileticket=OYb5DKdDRqY%3d&tabid=252&mid=1408>, esta publicação foi um ponto de partida para um estudo que irá ser publicado brevemente.

Which Knowledge Domains Are Important in the Work of Educational Sign Language Interpreters: the Perspective of Teachers and Intérpreters para ECER 2013 – the European Conference on Educational Research organizado pela European Educational Research Association em 2013.

28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- 5. Eleição de um representante para o Conselho da Comunidade no ACES Gondomar. -----

----- Foram apresentadas três propostas: Pelo Grupo Municipal do PS designada por lista "A", pelo Grupo Municipal da CDU designada por lista "B" e pelo Grupo Municipal do PSD designada por lista "C". Postas à votação obteve-se o seguinte resultado: 1 voto em branco; lista "A" 23 votos; lista "B" 7 votos e lista "C" 9 votos, tendo sido eleito o Senhor Deputado *Sérgio Miguel Vieira Bastos*. -----

PROPOSTA

(POD - B - ponto 5.)

A CDU propõe para a eleição de um representante para o Conselho da Comunidade ACES Gondomar a eleita municipal Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria.

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

Pelo Grupo Municipal da CDU,



PROPOSTA 28 FEV 2014
9 votos
H
M
Filipe Soares

Ponto 5

Proposta de Representante para o Conselho da Comunidade no ACES Gondomar

Considerandos:

É pedido que a Exma. Assembleia proponha um representante para o Conselho da Comunidade no ACES Gondomar. Assim, e considerando que o Dr. Soares Filipe tem os conhecimentos e capacidades ideais ao melhor exercício da função, atendendo que é um conceituado Médico Especialista de Ortopedia e Diretor Clínico do Hospital de Barcelos, o grupo Parlamentar do PSD propõe o seu nome para representante da Exma. Assembleia.

PROPOMOS:

Mário Fernando Soares Filipe

Gondomar, 28 de fevereiro de 2014

O Grupo Parlamentar do PSD



CV em anexo



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelidos) / Nomes próprios	Soares Filipe, Mário Fernando)
Morada	Rua Nova de Perlinhas, 189 – 6º Esquerdo 4435-353 Rio Tinto
Telemóvel	+351917517495
Correio electrónico	mfoaresfilipe@gmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	27.09.1953
Sexo	Masculino

Experiência profissional

04.2013	Nomeado Director Clínico do Hospital de Santa Maria Maior - Barcelos
09.2007	Nomeado Director de Serviço de Ortopedia do Hospital de Santa Maria Maior – Barcelos cargo que ainda exerce
07.2002	Assistente Graduado de Ortopedia - adquirido em Concurso Público
04.2000	Ingressou no quadro do Serviço de Ortopedia do Hospital de São João após provas públicas tendo-lhe sido atribuída a classificação de 17,8 valores
04.1997	Ingressou no quadro do Serviço de Ortopedia do Hospital de Santa Maria Maior após provas públicas tendo-lhe sido atribuída a classificação de 18,1 valores
02.1996	Assistente de Ortopedia grau adquirido em exame final de Internato de Ortopedia com nota final de 17,6 valores
10.1986	Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, com nota final de 12 valores

Educação e formação

06.2004	Frequentou e obteve aproveitamento em curso realizado para apoio e actualização de conhecimentos na área de direcção e gestão dedicado a Directores de Serviço realizado na Ordem dos Médicos - Porto
09.2004	Docente Voluntário da Faculdade de Medicina do Porto da cadeira de Ortopedia, actividade que interrompeu aquando da sua nomeação para o cargo de Director do Serviço de Ortopedia do Hospital de Santa maria Maior - Barcelos
	Sócio da Sociedade Portuguesa de Ortopedia
	Sócio da Sociedade Portuguesa de Patologia da Coluna Vertebral
	Sócio da Sociedade Portuguesa de Cirurgia da Mão

28.FEV 2014

Actividade no Hospital de Santa Maria Maior- Barcelos

Desde que assumiu a direcção do Serviço de Ortopedia privilegiou os contactos e colaboração com os Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiares da área de influência deste Hospital com vista a uma sinergia de esforços para assim haver um melhor aproveitamento dos recursos que são disponibilizados.

Reorganizou a Consulta Externa de Ortopedia tendo actualmente um tempo de resposta às primeiras consultas via ALERT P1 inferior a 150 dias

Reorganizou a actividade cirúrgica de Ortopedia tendo o Serviço uma capacidade actual de resposta desde que o Doente é inscrito até ser intervencionado nunca superior a quatro meses, tendo aumentado a capacidade cirúrgica do Serviço ao longo destes cinco anos em cerca de 40 %.

Nomeado em Novembro de 2007 responsável da Comissão Instaladora do Serviço de Cirurgia do Ambulatório criou o mesmo desde a sua componente física até à sua organização, sendo este Serviço actualmente responsável por 62% das Cirurgias realizadas.

Língua materna

Portuguesa

Outra língua

Francês e Inglês

Auto-avaliação

Nível europeu (*)

Inglês**Francês**

Compreensão				Conversaço				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interaço		Produção oral			
B1	Utilizador independente	A1	Utilizador básico	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	A1	Utilizador básico
B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente

(*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Aptidões e competências técnicas

Realizou como Cirurgião principal e Cirurgião ajudante mais de oito mil cirurgias, com destaque para as áreas de Traumatologia, Artroplastias da Anca e Joelho, Cirurgia da Coluna e Cirurgia da Mão
Tem trabalhos publicados e apresentados em Jornadas e Congressos de Ortopedia com destaque para Coluna Lombar e Mão

Aptidões e competências informáticas

- Utilização software Office™ (Word™, Excel™, Access™ e PowerPoint™)
- Domínio de consulta de bases de dados e navegação na Internet.

Outras aptidões e competências

CAP de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho, nível V obtido em 27.06.2005 após curso com carga horária de 590 horas, com classificação final de APTO

Carta de condução

Carta de condução de categoria B emitida a 26/12/1974, pela DGV Porto.



Artigo 1º / 23 votos

28.FEV.2014

PROPOSTA A

5

[Handwritten signature]

Eligido de um representante para o conselho da comunidade no ACES Gondomar.

O Grupo Parlamentar do PS indica para este posto o Sr. Deputado da Assembleia Municipal

Língua Bastos

Pelo Grupo Parlamentar do PS
28.02.2014

Carlo Teixeira
Fernando Luz
Fernando de S. Santos Luz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Nuno Miguel Ribeiro Coelho'.

----- 6. Conselho Municipal de Educação de Gondomar - Eleição de um representante das Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Município, de entre os Presidentes das Juntas/União das Freguesias. -----

----- Foram apresentadas duas propostas: Pelo Grupo Municipal do P S designada por lista "A" e pelo Grupo Municipal da CDU designada por lista "B". Postas à votação, obteve-se o seguinte resultado: 3 votos em branco; lista "A" 23 votos; lista "B" 14 votos, tendo sido eleito o Senhor *Nuno Miguel Ribeiro Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte.* -----



28.FEV 2014

23 votos

[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Gondomar

PROPOSTA A

Período da Ordem do Dia – Ponto 6:

Proposta

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem, por este meio, propor o Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, **Nuno Coelho**, como representante dos Presidentes de Junta eleitos, para o Conselho Municipal de Educação de Gondomar.

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

JOÃO MANUEL LEONIS DE ANDRADE
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
CARLOS TAVARES

PROPOSTA

PROPOSTA B

(POD - B - ponto 6.)

A CDU propõe para a eleição de um representante para o Conselho Municipal de Educação de Gondomar o eleito municipal e presidente da Junta da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova Daniel Filipe Oliveira Vieira.

M
Vieira

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

Pelo Grupo Municipal da CDU,

Daniel Filipe Oliveira Vieira

28.FEV 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'S. Sá', written over a horizontal line.

----- 7. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar – Pedido de indicação de quatro pessoas, designadas pela Assembleia Municipal, de entre os cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo. -----

----- Foram apresentadas duas propostas: Pelo Grupo Municipal do PS designada por lista “A” e pelo Grupo Municipal do PSD designada por lista “B”. Postas à votação, obteve-se o seguinte resultado: 1 voto em branco; lista “A” 24 votos; lista “B” 7 votos, tendo sido eleitas as Senhoras: *Sandra Felgueiras, Carlota Teixeira, Ana Catarina Pão Trigo e Susana Nogueira.* -----



PS

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do PS

28.02.2014

24 votos

Proposta A

Ponto 7

Eluciar de que há pessoas que intervêm no crime das crianças e jovens em perigo.

O Grupo Parlamentar do PS pediu e fará este ponto:

Sandra Felgueiras

Carla Teixeira

Ana Estanislau

Sandra Felgueiras

28-02-2014

O Grupo Parlamentar PS.

Carla Teixeira
fiscal delegada
[Signature]

Ponto nº 7

PROPOSTA B
28.FEV.2014
7 VOTOS

Proposta para Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Gondomar

Considerando:

É pedido que a próxima Assembleia profunda melhorias para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Gondomar.

Assim e considerando que tem os subscritores e capacidades indicadas no melhor exercício de função, o Grupo Parlamentar do PSD propõe os seguintes nomes:

- LILIANA MIGUEL PIRES
Chefe de Divisão Cultura e Juventude
- SOZANA JAMARES GOMES
Técnica Superior - Psicologia
- MARIA ANTÓNIA PEREIRA FERREIRA
Técnica Superior Serviço Social
- VERÓNICA RAMOS BARRALHO
Técnica Superior - mista

Gondomar, 28. Fevereiro. 2014

O GRUPO PARLAMENTAR DO PSD
L. A. A. A.

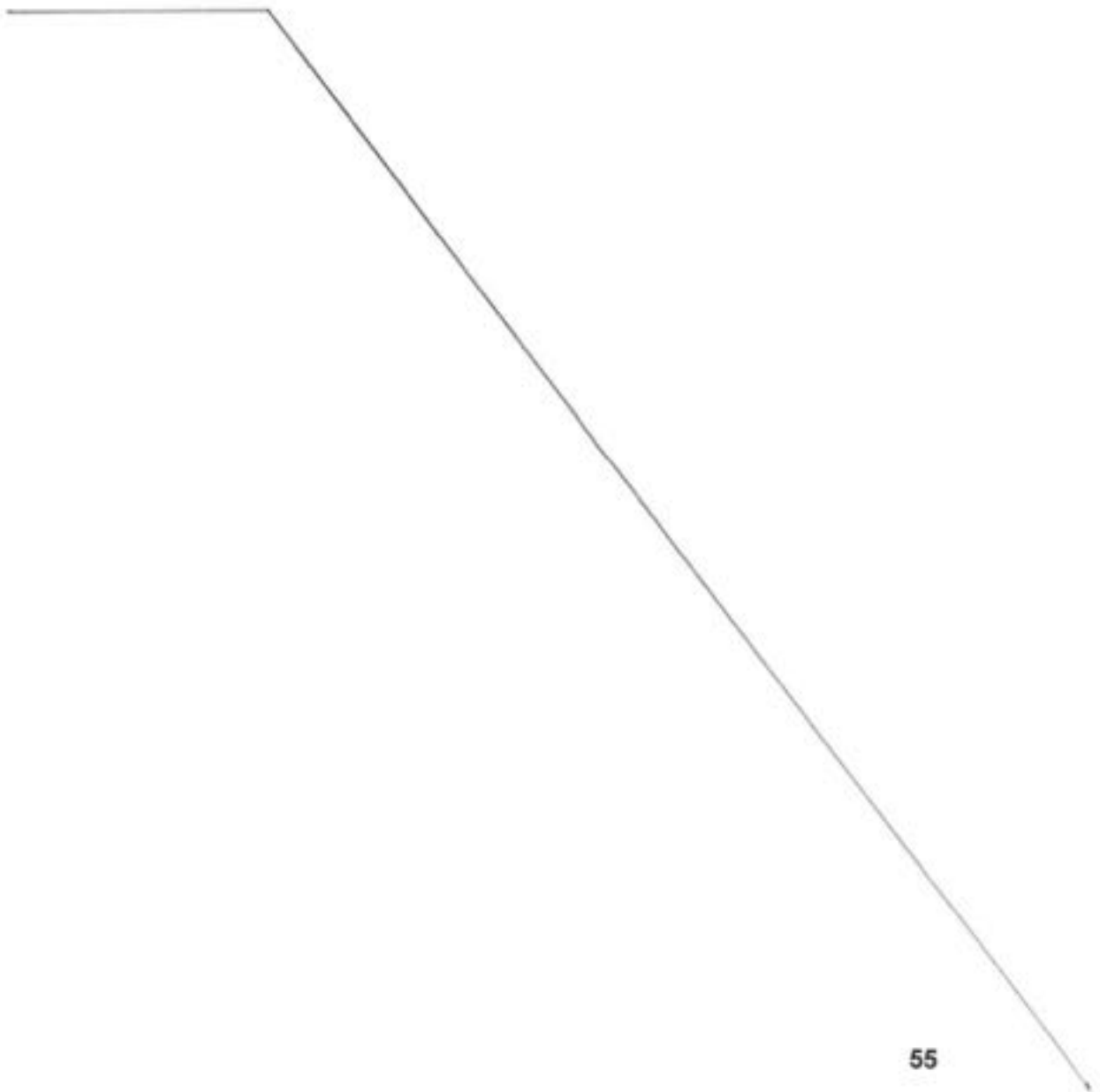


28.FEV 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- 8. Indicação de representante para a Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Gondomar. -----

----- Foram apresentadas quatro propostas: Pelo Grupo Municipal do PS designada por lista "A", pelo Grupo Municipal da CDU designada por lista "B", pelo Grupo Municipal do PSD designada por lista "C" e pelo BE designada por lista "D" que postas à votação obteve-se o seguinte resultado: 1 voto em branco; lista "A" 23 votos; lista "B" 6 votos; lista "C" 9 votos, lista "D" 1 voto, tendo sido eleita a Senhora deputada *Joana Daniela Baldaia Resende*. -----





28.FEV 2014

23 Votos 47
punto 8

PROPOSTA A

Representante para a Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ordenamento

O Grupo Parlamentar do PS indica para este ponto a deputada à Assembleia Municipal Joana Daniela Baldoni Resende

P'lo Grupo do PS
28-02-014

Carlo Lixei
Fernando de Barros

PROPOSTA

6/10/14
VZ
Proposta B
(POD - B - ponto B.)

A CDU propõe para a eleição de um representante para a Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Gondomar o eleito municipal António José Valpaços Magalhães.

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

Pelo Grupo Municipal da CDU,



Ponto 8

Proposta de Representante para a Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Gondomar

Considerandos:

É pedido que a Exma. Assembleia proponha um representante para Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Gondomar. Assim, e considerando que tem os conhecimentos e capacidades ideais ao melhor exercício da função, o grupo Parlamentar do PSD propõe o nome do Senhor António da Silva Sá Casal para representante da Exma. Assembleia.

PROPOMOS:

António da Silva Sá Casal

Gondomar, 28 de fevereiro de 2014

M
O Grupo Parlamentar do PSD

António da Silva Sá Casal

PROPOSTA 10

28. FEV 2014

1 voto
S



Ponto 8

PROPOSTA DE REPRESENTAÇÃO PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GONDOMAR

CONSIDERANDO:

É PEDIDO QUE A EXMA ASSEMBLEIA PRODUZA UM REPRESENTANTE PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GONDOMAR,

O Bloco de esquerda propõe o nome do seu Deputado Municipal
Rui Novas

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

O Deputado Municipal
Rui Novas



28.FEV 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- **9. Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos (Câmara Municipal de Elvas).** ----

----- MÁRIO FILIPE (PSD) – Estou completamente de acordo com as preocupações dos nossos colegas de Elvas, mas queria levantar aqui um problema. O que se passa com este despacho não é para todos os doentes oncológicos, isto é para as autorizações especiais de medicamentos e estou a falar com conhecimento de causa, como diretor clínico, para medicamentos que ainda não estão atribuídos no formulário disposto em todos os centros que tratam doentes oncológicos, inclusive o despacho centra só em três centros IPO Lisboa, Porto e Coimbra, retirando outros pesos pesados do tratamento oncológico, como o Hospital de Santa Maria, Hospitais de Coimbra e hospitais centrais do Porto. É lógico que a preocupação é pertinente, mas temos de ter em conta que são tratamentos caríssimos que são usados em doentes muito especiais, que têm de ter um controle muito apertado tanto clínico como nos gastos. -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Quero dizer que como doente oncológico que fui ou sou, estas situações são quase irreversíveis, não é ao fim de cinco anos que se retiram as capacidades, ao fim de cinco anos obrigam-me a pagar as taxas moderadoras, alguma coisa vai mal no que à saúde diz respeito. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 8 abstenções do PSD. -----

----- **10. Plano de Recuperação das Escolas Básicas atingidas pelas últimas intempéries**
-- Proposta da CDU. -----

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – A proposta como devem ter visto é genérica, não é nada de novo, nem é nada que não tenhamos visto, estamos a ter um inverno muito rigoroso. Uma questão são as escolas básicas, que têm tido pequenas reparações, são escolas muito antigas e todo este mau tempo veio prejudicar e outra questão que é importante é a questão



28.FEV.2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

dos centros escolares que são muito recentes, não se pressupunha que um inverno mais rigoroso provocasse estragos tão grandes. Evidentemente não queremos substituir a Câmara Municipal no levantamento de problemas, por isso é que recomendamos. O sentido da nossa proposta é muito concreto, é que a Câmara Municipal e penso que já estará a fazer, é que possa fazer um levantamento por todas estas escolas e centros escolares dos problemas que foram agravados com estas intempéries. Uma segunda questão que é importante e que de futuro temos de pensar em discutir isto, é de que forma é que a Câmara Municipal, que medidas irá tomar junto dos empreiteiros que construíram os centros escolares, que sejam responsabilizados por erros de construção, estamos a falar de edifícios recentes e já com notórios problemas de construção. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA – Começando pela responsabilidade dos empreiteiros, se tivesse visto as atas deste mandato tinha visto que já levamos à Câmara duas garantias bancárias e à próxima reunião de Câmara, quarta feira, vai acionar uma garantia bancária de uma obra numa escola e estamos a fazer não só a nível da educação mas um outro processo que provavelmente irá para acionamento da garantia bancária será o Polis. Nós em dois mil e treze herdamos que, em Gondomar a educação era uma coisa top a nível mundial e havia escolas cujo telhado não tinha telhas e tinha plásticos com paralelos a segurá-los. A Senhora Vereadora tem feito um levantamento a todas as escolas do Concelho, com os Senhores Presidente de Junta e técnicos da Câmara, a ver uma a uma a necessidade das escolas. Temos que a médio prazo fazer um planeamento das empreitadas para se recuperarem as escolas. Senhor Deputado Valpaços é verdade que foi agravado com estas chuvas, mas já existia. -----

----- Nos mandatos anteriores a competência para as pequenas reparações dos jardins de infância e primeiro ciclo era da juntas de freguesia. No mandato de 2009/2013, por decisão



28.FEV 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

da Câmara na altura, foram retiradas e dadas aos agrupamentos de escolas as reparações e agora voltaram às Juntas de Freguesia e a verdade é que os Presidentes de Junta herdaram uma situação em que durante esses quatro anos, nem todos os agrupamentos cumpriram com essas obrigações. -----

----- JOSÉ ANDRADE (Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas) – Queria começar por dizer que durante estes quatro anos não tenho qualquer intenção de reivindicar por estes lados (por Gondomar) qualquer aspeto de melhoria, nem de paisagem nem de cenário para Melres e Medas porque esse sobra-nos, por isso fica aqui esta intenção. Como sabem a Câmara fez-se representar durante todo o tempo em todos os conselhos gerais de escola e agrupamentos, liderou todos estes conselhos, fez correr os seus vereadores pelo território, os seus chefes de divisão e motoristas, lembro-me bem, estive sempre lá e anunciaram a magnífica obra de completa renovação do parque escolar. Hoje, a realidade é outra, deparamo-nos com escolas, jardins, agrupamentos com infiltrações graves, estou a falar do Concelho todo, para o caso específico de Melres e Medas, Foz do Sousa e Jovim, até à Lomba, tenho testemunhado de perto, a falta de saneamento nas escolas como no resto da comunidade, é a degradação continuada, é os ajardinamentos. A reestruturação orgânica que ainda à pouco votamos, para mim, é uma garantia clara do empenho que este executivo coloca no sentido de evitar que voltemos a repetir estas questões. Gostaria de relevar desse documento, a criação do Gabinete de Apoio às Freguesias. Levantamento em curso, neste momento, é o Departamento de Engenharia da própria Câmara, em parceria com as freguesias, associações de pais e docentes, vai servir para rapidamente identificarmos e quantificarmos a extensão do dano deste processo. O poeta usava o termo “o rei vai nu” e eu diria, por aquilo que vi até hoje “o major ia nu”. Para resolver algumas das questões, como



2014.11.26

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

por exemplo os telhados das escolas da freguesia de Melres e Medas bastaria que uma boa parte das últimas romarias à Malafaia tivesse sido aproveitada para os plásticos e os pneus que evitavam as entradas da água. Lembro que essas já lá estavam antes das intensas chuvas que nos estão a afligir. Quero lembrar também, talvez pela minha formação profissional, que embora a chuva tenha sido continuada, em momento algum passou os valores do que são estabelecidos para a conceção e manutenção de qualquer edifício ou projeto. Um outro assunto que temos ouvido nos últimos tempos, tem a ver com o amianto. As pessoas confundem fibrocimento com os possíveis dez por cento de amianto que poderá estar envolto nesse produto. Todos podem consultar o relatório do Instituto Nacional de Saúde, onde recomenda que após as análises efetuadas não foram encontrados valores preocupantes, mas gostaria de deixar ao executivo e a todos os presentes uma recomendação, que quando tivéssemos qualquer dúvida, porque há claramente telhados degradados, deveríamos fazer a devida monitorização e acompanhamento porque alguns deles poderão apresentar problemas para a saúde pública. Queria ainda dizer que vou querer estar cá no papel de quem também vai segurar a padiola, tenho corpo para isso e espero nunca pegar na padiola com o Dr. Marco Martins nu. -----

----- CARLOTA TEIXEIRA (PS) – Partilhamos em absoluto e genuinamente as preocupações aqui colocadas pela proposta da CDU e partilhamos de tal forma que, como o Senhor Presidente explicitou a Câmara está atenta a estas preocupações e ir até mais além do que aquilo que é referido e apenas por esta razão vamos votar em abstenção esta proposta.-----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 23 abstenções do PS e 17 votos a favor. -----

Aprovada por maioria, em
sessão de 28 de fev 2014

(POD – B – ponto 10.)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**Plano de Recuperação das Escolas Básicas atingidas pelas últimas intempéries**

Considerando que:

- O concelho de Gondomar, tal como acontece um pouco por todo o país, tem sido fustigado com um inverno muito rigoroso com fortes chuvas, praticamente ininterruptas, que tem causado sérios prejuízos materiais nomeadamente nas nossas escolas e centros escolares;
- Em muitos casos, as intempéries verificadas vieram agravar problemas já existentes em várias escolas básicas, de que são exemplo graves infiltrações de água, o frio permanente nas salas de aula, a falta de cobertos, entre outras;
- Em outros casos, como os recentes centros escolares, o mau tempo verificado veio pôr a nu as graves debilidades ao nível da sua construção;
- As crianças e os jovens do nosso concelho têm direito a que lhes seja proporcionado um ambiente escolar com as melhores condições possíveis para o seu estudo e recreio;
- Temos que seguir um caminho que permita o desaparecimento de disparidades tão evidentes entre escolas – as escolas com boas condições e as outras degradadas e sem condições;

Ao abrigo do n.º 6 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro,

PROPOMOS:

1. Que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal:
 - 1.1. A realização de um levantamento por todas as escolas básicas e centros escolares do concelho dos problemas que surgiram ou se agravaram com as recentes intempéries.
 - 1.2. A tomada das medidas mais adequadas junto dos empreiteiros dos centros escolares e outras sob a sua responsabilidade, para que assumam a reparação de todos os problemas agravados pelo mau tempo.
 - 1.3. O reforço, em sede da 1.ª Revisão do Orçamento para 2014, do montante destinado à recuperação das escolas básicas do concelho.

Gondomar, 28 de Fevereiro de 2014

Pelo Grupo Municipal da CDU,



28.FEV.2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- 11. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com o n.º 4 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- C – Período de Depois da Ordem do Dia. -----

----- Intervieram os Senhores munícipes: -----

----- Moisés Sousa, morador em prédio de habitação social, na Rua Serafim Rosas, que se referiu à necessidade de obras naquele prédio. -----

----- Carlos Rodrigues, sobre a situação das dívidas do Clube Desportivo de S. Pedro da Cova do qual é Presidente. -----

----- Encarnação Silva, sobre a necessidade de verificar uma parte sem proteção na Rua 1.º de Maio, na União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu às questões colocadas pelos Senhores(as) munícipes. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da acta. -----

----- A sessão foi encerrada à 1 hora e 10 minutos, do dia 01 de março de dois mil e catorze. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A TÉCNICA SUPERIOR,

P. do Rui Santos